

- Nunes, Cláudia Sofia Henriques, *O Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2010.
- Perdigão, Carlos, "Testes de alcoolemia e direitos dos trabalhadores", *Minerva — Revista de Estudos Laborais*, ano I, n.º 2, Coimbra, Almedina, 2003.
- Pereira, Rita Garcia:
- , "Os E-mails: O Cavalo de Tróia Actual? — O art. 21.º do Código do Trabalho e o Direito à Privacidade do Trabalhador", *Minerva — Revista de Estudos Laborais*, ano IV, n.º 7, Coimbra, Almedina, 2005.
- , "Em busca da subordinação jurídica perdida: nótula ao Acórdão da Relação de Lisboa, de 8 de Fevereiro de 2013", *Vinte Anos de Questões Laborais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.
- Pinheiro, Rita Jorge, "A responsabilidade civil dos agentes perante a vítima de assédio moral", *Vinte Anos de Questões Laborais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.
- Pires, Miguel Lucas, *Os regimes de vinculação e a extinção das relações jurídicas dos trabalhadores da Administração Pública*, Coimbra, Almedina, 2013.
- Ramalho, Maria do Rosário Palma:
- , *Direito do Trabalho, Parte II — Situações Laborais Individuais*, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2010.
- , "Factos da vida privada do trabalhador, prova ilícita e despedimento", *Vinte Anos de Questões Laborais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.
- Rebelo, Glória, "Reflexões sobre o teletrabalho: entre a vida privada e a vida profissional", *Questões Laborais*, ano XI, n.º 23, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.
- Redinha, Regina:
- , "O teletrabalho", *II Congresso Nacional de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 1999.
- , "O teletrabalho", *Questões Laborais*, ano VIII, n.º 17, Coimbra, Coimbra Editora, 2001.
- Viana, Cláudia, "O regime jurídico do concurso no emprego público", *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 89, Setembro/Outubro 2011, Centro de Estudos Jurídicos do Minho.

ÍNDICE

	Págs.
NOTA PRÉVIA	5
ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I — O CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS: ÂMBITO, CARACTERÍSTICAS, ELEMENTOS ESSENCIAIS E FONTES DE DIREITO ..	15
1. O contrato de trabalho em funções públicas: âmbito	15
2. O contrato de trabalho em funções públicas: características	18
3. O contrato de trabalho em funções públicas: elementos essenciais	20
4. O contrato de trabalho em funções públicas: fontes de direito	21
CAPÍTULO II — A CONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO	33
1. Requisitos relativos ao trabalhador	33
2. O empregador público	34
3. A formação do vínculo de emprego público	37
CAPÍTULO III — O CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS: FORMA E INVALIDADES	47
1. Forma	47
2. Invalidades do contrato	48
CAPÍTULO IV — PERÍODO EXPERIMENTAL	53
1. Objectivo do período experimental	53
2. Modalidades do período experimental e respectivos efeitos	54

	Págs.
3. Avaliação do trabalhador	55
4. Contagem do período experimental	58
5. Duração do período experimental	59
6. Denúncia do contrato durante o período experimental	62
CAPÍTULO V — MODALIDADES ESPECIAIS DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO	65
SECÇÃO I — O CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO	65
1. Regras gerais	65
2. Noção de termo resolutivo	66
3. Fundamentos para a celebração de contrato a termo resolutivo	67
4. Duração e renovação de contrato a termo resolutivo	72
4.1. Duração de contrato a termo resolutivo certo	72
4.2. Renovação de contrato a termo resolutivo certo	73
4.3. Duração de contrato a termo resolutivo incerto	74
4.4. Duração de contratos a termo certo para a execução de projectos de investigação e desenvolvimento	75
5. Caducidade de contrato a termo resolutivo	76
5.1. Caducidade de contrato a termo resolutivo certo	76
5.2. Caducidade de contrato a termo resolutivo incerto	76
6. Compensação pela caducidade de contrato a termo resolutivo	78
6.1. Compensação pela caducidade de contrato a termo resolutivo certo	78
6.2. Compensação pela caducidade de contrato a termo resolutivo incerto	79
6.3. Regime transitório em caso de caducidade de contrato a termo resolutivo	80
7. Formalidades do contrato a termo resolutivo	81
8. Contratos sucessivos	83
9. Informações a cargo do empregador público	83
10. Preferência na admissão	84
11. Igualdade de tratamento	88
12. Proibição imposta pela LOE 2014 relativamente à renovação de contrato a termo resolutivo	89
SECÇÃO II — OUTRAS MODALIDADES ESPECIAIS DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO	91
SUBSECÇÃO I — TRABALHO A TEMPO PARCIAL	92
SUBSECÇÃO II — TELETRABALHO	97

	Págs.
CAPÍTULO VI — OS DIREITOS DE PERSONALIDADE E O DIREITO À IGUALDADE E À NÃO DISCRIMINAÇÃO	103
1. Os direitos de personalidade	103
1.1. Liberdade de expressão e de opinião	105
1.2. Reserva da intimidade da vida privada	108
1.3. Protecção de dados pessoais	109
1.4. Testes e exames médicos	112
1.5. Meios de vigilância à distância	116
1.6. Confidencialidade de mensagens e de acesso a informação	119
1.7. Tratamento de dados biométricos	124
2. Direito à igualdade e não discriminação	125
2.1. Direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho	125
2.2. Proibição da discriminação	129
2.3. Assédio	133
2.4. Igualdade e não discriminação em função do sexo	136
2.4.1. Acesso ao emprego, actividade profissional ou formação	136
2.4.2. Igualdade de condições de trabalho	137
2.4.3. Regras contrárias ao princípio da igualdade e não discriminação	139
CAPÍTULO VII — PARENTALIDADE	141
1. Introdução	141
2. Licenças	145
2.1. Licença em situação de risco clínico durante a gravidez	145
2.2. Licença por interrupção da gravidez	146
2.3. Licenças parentais	148
2.3.1. Licença parental inicial	148
2.3.2. Licença parental exclusiva da mãe	150
2.3.3. Licença parental inicial a gozar por um progenitor em caso de impossibilidade do outro	151
2.3.4. Licença parental exclusiva do pai	152
2.4. Licença por adopção	155
2.5. Licença parental complementar	157
2.6. Licença para assistência a filho	160
2.7. Licença para assistência a filho com deficiência ou doença crónica	162
3. Dispensas	163
3.1. Dispensa para consulta pré-natal	163

	Págs.
3.2. Dispensa para amamentação ou aleitação	164
3.3. Dispensa para avaliação para a adopção.....	166
4. Faltas	167
4.1. Faltas para assistência a filho	167
4.2. Faltas para assistência a neto	169
5. Especialidades na organização do tempo de trabalho	172
5.1. Redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica.....	172
5.2. Trabalho a tempo parcial de trabalhador com responsabilidades familiares	173
5.3. Horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares	176
5.4. Autorização de trabalho a tempo parcial ou em regime de horário flexível	177
5.5. Dispensa de algumas formas de organização do tempo de trabalho....	178
6. Protecção em caso de despedimento	179
CAPÍTULO VIII — TRABALHADOR-ESTUDANTE	181
1. Regime aplicável	181
2. Noção de trabalhador-estudante e concessão do respectivo estatuto	181
3. Manutenção do estatuto de trabalhador-estudante e cessação dos direitos correspondentes	182
4. Horário de trabalho	184
5. Faltas para a prestação de provas de avaliação	185
6. Férias e licenças	186
7. Trabalho suplementar, adaptabilidade e banco de horas	187
CAPÍTULO IX — TEMPOS DE NÃO TRABALHO	189
SECÇÃO I — REGIME APLICÁVEL, FERIADOS E DESCANSOS	189
1. Regime	189
2. Feriados	189
3. Descansos	191
3.1. Descanso diário	191
3.2. Descanso semanal	192
3.3. Duração do descanso semanal obrigatório.....	193
SECÇÃO II — FÉRIAS	194
1. O direito a férias e respectivo regime	194
2. Duração do período de férias	196

	Págs.
3. Casos especiais de duração do período de férias	197
3.1. Férias no ano da contratação	197
3.2. Férias nos vínculos com duração total inferior a seis meses	199
4. Cumulação de férias	200
5. Marcação do período de férias	200
6. Encerramento do órgão ou serviço para férias dos trabalhadores	201
7. Alteração do período de férias	202
7.1. Alteração do período de férias por motivo relativo ao empregador ...	202
7.2. Alteração do período de férias por motivo respeitante ao trabalhador ...	203
8. Doença no período de férias	203
9. Efeitos da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado	204
10. Efeitos da cessação do contrato de trabalho	209
11. Exercício de outra actividade durante o período de férias	210
12. Violação do direito a férias	211
SECÇÃO III — FALTAS	211
1. Regime	211
2. Noção	212
3. Faltas justificadas	212
3.1. Tipos de faltas	212
3.2. Comunicação da falta justificada	230
3.3. Prova e fiscalização de doença	231
3.4. Efeitos das faltas justificadas	239
4. Faltas injustificadas	243
4.1. Tipos de faltas	243
4.2. Efeitos das faltas injustificadas	244
5. Substituição da perda da remuneração por motivo de falta	244
CAPÍTULO X — ORGANIZAÇÃO E TEMPO DE TRABALHO	245
1. Tempo de trabalho: regime e noção	245
2. Registo dos tempos de trabalho	247
3. Noções gerais	248
4. Horário de trabalho e limites à duração do trabalho	249
4.1. Horário de trabalho	249
4.2. Alteração do horário de trabalho	256
4.3. Mapas de horário de trabalho	258
4.4. Intervalos de descanso	260

	Págs.
4.5. Limitação à duração do trabalho	260
4.6. Adaptabilidade	264
4.6.1. Regime	264
4.6.1.1. Adaptabilidade por regulamentação colectiva	266
4.6.1.2. Adaptabilidade individual	267
4.6.1.3. Adaptabilidade grupal	268
4.6.2. Período de referência	270
4.7. Banco de horas	270
4.7.1. Banco de horas por regulamentação colectiva	271
4.7.2. Banco de horas individual	272
4.7.3. Banco de horas grupal	273
4.8. Duração média do trabalho	273
5. Isenção de horário de trabalho	275
5.1. Condições	275
5.2. Modalidades de isenção de horário de trabalho	276
6. Não sujeição a horário de trabalho	278
7. Trabalho suplementar	279
7.1. Fundamentos e limites à prestação de trabalho suplementar	279
7.2. Descanso compensatório devido pela prestação de trabalho suplementar ...	284
7.3. Registo de trabalho suplementar	286
CAPÍTULO XI — ACORDOS DE LIMITAÇÃO DA LIBERDADE DE TRABALHO	289
1. Pacto de não concorrência	289
2. Pacto de permanência	291
CAPÍTULO XII — O CONTEÚDO E LOCAL DA PRESTAÇÃO LABORAL	293
1. A actividade contratada	293
2. Mobilidade	298
3. Local de trabalho	307
CAPÍTULO XIII — REMUNERAÇÃO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PATRIMONIAIS	309
1. A remuneração	309

	Págs.
2. Componentes da remuneração	318
2.1. Remuneração base	318
2.1.1. Remuneração em caso de mobilidade	320
2.1.2. Subsídio de Natal	322
2.1.3. Remuneração do período de férias	324
2.2. Suplementos remuneratórios	326
2.2.1. Trabalho nocturno	327
2.2.2. Suplemento remuneratório de turno	328
2.2.3. Remuneração devida pela isenção de horário de trabalho	329
2.2.4. Remuneração devida pela prestação de trabalho suplementar ...	329
2.2.5. Feriados	331
3. Alteração do posicionamento remuneratório	332
3.1. Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária ..	332
3.2. Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório	336
3.3. Regime previsto na LOE para o ano de 2014	337
4. Prémios de desempenho	341
5. Compensações, descontos e cessões	344
CAPÍTULO XIV — VICISSITUDES MODIFICATIVAS	347
SECÇÃO I — CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO	347
SECÇÃO II — LICENÇAS	353
1. Concessão e recusa de licenças	353
2. Efeitos das licenças	355
SECÇÃO III — REAFECTAÇÃO DE TRABALHADORES EM CASO DE REORGANIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE EFECTIVOS	356
SUBSECÇÃO I — PROCEDIMENTO DE REORGANIZAÇÃO OU RACIONALIZAÇÃO E REAFECTAÇÃO DOS TRABALHADORES	356
SUBSECÇÃO II — ENQUADRAMENTO DOS TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO	365
SUBSECÇÃO III — REINÍCIO DE FUNÇÕES E VICISSITUDES DA SITUAÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO	370
CAPÍTULO XV — CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS	377
1. Cessação do contrato de trabalho em funções públicas por caducidade	378

	Págs.
2. Cessação do contrato de trabalho em funções públicas por acordo	381
3. Extinção por motivos disciplinares	383
4. Extinção do contrato pelo trabalhador com aviso prévio (denúncia)	393
5. Extinção pelo trabalhador com justa causa	396
6. Cessação do contrato de trabalho em funções públicas na sequência de processo de reorganização de serviços e racionalização de efectivos	399
BIBLIOGRAFIA	403
ÍNDICE	407

EXECUÇÃO GRÁFICA
COIMBRA EDITORA
COIMBRA